

O Uso De Tecnologias Na Administração Pública: Potencialidades E Desafios

Adriana Da Costa Sousa

Universidad De Mar Del Plata

Piedley Macedo Saraiva

Unifap

Clara Rodrigues De Brito

Universidade De Marília- Unimar

João Mário Vieira De Paula E Silva

Unirv - Universidade De Rio Verde

Ali Veggi Atala Junior

*Mestre Em Gestão Das Organizações- Ramo Gestão Pública
Instituto Superior De Contabilidade E Administração Do Porto*

Wagner Roberto Batista

Universidade Federal Do Triângulo Mineiro - UFTM

Wagner Alves Maciel

*Doutorando Em Administração
UNISUL - Universidade Do Sul De Santa Catarina*

Mayko Roberto Damasceno Souza

*Mestre Em Direito Da Empresa E Dos Negócios.
Universidade: Unirv - Universidade De Rio Verde*

Isa Akemi Pires Iwata

*Mestra Em Gestão E Negócios Pela Universidade Do Vale Do Rio Dos Sinos - UNISINOS):
Universidade: Unirv - Universidade De Rio Verde*

Elivélton Cavalheiro Dos Santos

Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul - UFRGS

Resumo:

O objetivo desta pesquisa foi analisar as potencialidades e os desafios do uso de tecnologias na administração pública, focando na sua contribuição para a modernização do setor e nas barreiras para sua implementação eficaz. A pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem bibliográfica, com levantamento de artigos e publicações científicas nas principais bases de dados, utilizando palavras-chave e operadores booleanos para refinar as buscas. Os resultados indicaram que as tecnologias podem promover maior eficiência, transparência e participação cidadã, além de reduzir custos operacionais e melhorar a gestão pública por meio da digitalização de processos. Contudo, também foram identificados desafios como a inclusão digital, a segurança da informação e os altos custos de implementação. A conclusão aponta que, embora as tecnologias ofereçam grandes oportunidades de inovação, é necessário um planejamento estratégico, capacitação contínua e políticas públicas de inclusão digital para superar as barreiras e garantir uma implementação eficaz, a fim de maximizar os benefícios da transformação digital no setor público.

Palavras-chave: *Administração pública; Tecnologias; Inovação.*

Date of Submission: 08-02-2025

Date of Acceptance: 18-02-2025

I. Introdução

A administração pública tem se transformado profundamente nas últimas décadas, impulsionada pelo avanço das tecnologias digitais e pela crescente demanda por maior eficiência, transparência e participação cidadã. O uso dessas tecnologias representa um movimento estratégico para modernizar e aprimorar a gestão pública, permitindo uma maior aproximação entre o governo e os cidadãos, além de otimizar processos internos, promover a transparência e reduzir custos. No entanto, a introdução de novas ferramentas tecnológicas também traz desafios significativos, que exigem planejamento, adaptação e investimentos, tanto financeiros quanto humanos, para que os benefícios sejam plenamente alcançados (Linhares; Luciani, 2021).

O contexto histórico da administração pública reflete uma trajetória de busca por eficiência e maior controle social. Tradicionalmente, os órgãos públicos eram conhecidos por processos burocráticos lentos e pouco flexíveis. A implementação das tecnologias, desde os sistemas de informação até as ferramentas de comunicação digital, buscou superar essas limitações e atender a uma sociedade que cada vez mais exige respostas rápidas, claras e eficazes do Estado. A digitalização tem sido, portanto, um ponto de inflexão na forma como os governos interagem com a população e como gerenciam os recursos públicos (López Valle; Cabral, 2022).

A digitalização de processos administrativos, por exemplo, tem o potencial de reduzir a burocracia, aumentar a transparência nas ações do governo e melhorar a eficiência dos serviços públicos. Sistemas informatizados de gestão permitem um acompanhamento em tempo real da execução de políticas públicas, além de promover uma integração entre diferentes esferas do governo. Tais tecnologias, quando bem implementadas, também favorecem a tomada de decisões baseada em dados, otimizando a alocação de recursos e aumentando a eficácia das intervenções públicas (Capelari Júnior; Freitas, 2021).

Ademais, a utilização das tecnologias no setor público também pode ser vista como uma resposta às exigências da sociedade contemporânea, que demanda maior acesso à informação e serviços públicos mais rápidos e eficientes. A digitalização permite, por exemplo, a implementação de plataformas de atendimento ao cidadão, serviços de saúde, educação e transporte público mais ágeis e adaptados às necessidades da população. Ferramentas como portais de transparência e ouvidorias digitais proporcionam uma forma direta de interação entre os cidadãos e a administração pública, ampliando o alcance da participação e controle social. No entanto, a implementação dessas tecnologias enfrenta obstáculos complexos (Maksym, 2021).

Primeiramente, há o desafio da inclusão digital. Embora o acesso à internet tenha se expandido consideravelmente em muitos países, ainda existem áreas e grupos populacionais que enfrentam dificuldades de acesso à tecnologia, seja pela falta de infraestrutura, seja pela baixa escolaridade e falta de familiaridade com ferramentas digitais. Isso pode gerar desigualdades no acesso a serviços públicos, prejudicando as populações mais vulneráveis. Além disso, a transição para a digitalização requer investimentos significativos em infraestrutura, capacitação de servidores públicos e segurança da informação. O aumento das ameaças cibernéticas e a crescente preocupação com a proteção de dados pessoais impõem desafios adicionais aos governos (Cabral; Leindorf, 2021).

A implementação de sistemas seguros e eficientes para garantir a confidencialidade e a integridade das informações é uma das principais preocupações, uma vez que qualquer falha nesse sentido pode comprometer a confiança da população na administração pública. A gestão pública digitalizada, portanto, envolve um equilíbrio delicado entre as oportunidades oferecidas pelas tecnologias e os desafios estruturais e operacionais que precisam ser superados. O uso de ferramentas digitais pode trazer inovações significativas para o setor público, mas também exige uma visão crítica e uma abordagem cautelosa para garantir que os benefícios sejam amplamente distribuídos e que as limitações sejam adequadamente enfrentadas (Oliveira; Sousa, 2021). Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa é analisar as potencialidades e os desafios do uso de tecnologias na administração pública, avaliando como essas inovações podem contribuir para a modernização do setor e quais são as principais barreiras para sua implementação eficaz.

II. Materiais E Métodos

A pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem bibliográfica, com o objetivo de compreender as potencialidades e os desafios do uso de tecnologias na administração pública. Para tanto, foi realizado um levantamento sistemático de artigos e publicações científicas, priorizando fontes reconhecidas na área acadêmica. A pesquisa foi conduzida nas principais bases de dados especializadas, como SciELO, Google Acadêmico, Portal de Periódicos da CAPES, entre outras, que oferecem uma vasta gama de artigos, dissertações, teses e livros sobre o tema.

O processo de busca de materiais foi orientado por uma estratégia de palavras-chave cuidadosamente selecionadas, como "tecnologia na administração pública", "inovação no setor público", "governo digital", "desafios da digitalização pública", "eficiência na gestão pública", entre outras. Para refinar os resultados e aumentar a precisão das buscas, foram utilizados operadores booleanos, como "AND" e "OR". O operador "AND" foi empregado para combinar palavras-chave e filtrar artigos que abordassem aspectos específicos do tema de

forma mais detalhada, enquanto o operador "OR" permitiu expandir a busca, abrangendo variações nas palavras-chave e cobrindo diferentes abordagens sobre o uso de tecnologias na administração pública.

A pesquisa também envolveu a análise de publicações mais recentes e relevantes, com foco nos últimos cinco anos, para garantir que as informações estivessem atualizadas em relação às transformações tecnológicas mais recentes e aos novos desafios enfrentados pelos governos. Além disso, foi dada atenção especial a estudos de caso e experiências práticas de diferentes países, a fim de identificar as melhores práticas e soluções que poderiam ser aplicadas no contexto nacional.

Após o levantamento inicial, os artigos selecionados foram lidos e analisados de forma crítica, buscando-se compreender os principais temas discutidos na literatura e as lacunas existentes na pesquisa sobre o uso de tecnologias na administração pública. Esse processo permitiu identificar tanto as oportunidades oferecidas pelas tecnologias, como a melhoria na transparência e eficiência, quanto os desafios, como a inclusão digital e a segurança da informação.

III. Resultados E Discussões

Potencialidades do uso de tecnologias na administração pública

A introdução de tecnologias na administração pública tem se mostrado uma ferramenta poderosa para promover a modernização e a eficiência dos serviços públicos. O uso de sistemas informatizados de gestão permite o acompanhamento em tempo real de políticas públicas, promovendo maior transparência e precisão na execução de programas governamentais. A digitalização reduz os processos burocráticos, otimizando a alocação de recursos e tornando a gestão pública mais ágil e eficaz (Capelari Júnior; Freitas, 2021).

Além disso, as plataformas digitais possibilitam que os cidadãos acessem informações, serviços e dados de maneira rápida e eficiente, facilitando a interação direta com o governo e tornando os processos administrativos mais transparentes. A implementação de ferramentas digitais na administração pública também fortalece o princípio da governança democrática, uma vez que possibilita maior controle social e participação cidadã. Por meio de portais de transparência, ouvidorias digitais e serviços de atendimento ao público, os cidadãos podem fiscalizar as ações do governo e interagir de maneira mais eficiente com os órgãos públicos. Isso gera maior confiança nas instituições governamentais e promove um ambiente de maior accountability, onde as autoridades são responsabilizadas pelas suas ações (Linhares; Luciani, 2021).

Nesse sentido, as tecnologias digitais contribuem significativamente para a construção de um Estado mais acessível e responsivo às demandas da população. Outro aspecto positivo do uso de tecnologias na administração pública é a redução de custos operacionais. Ao automatizar processos internos, as administrações públicas podem economizar recursos financeiros e humanos, direcionando-os para áreas mais estratégicas. A digitalização permite também a criação de soluções inovadoras, como o uso de inteligência artificial para análise de dados, que pode otimizar a gestão de políticas públicas e melhorar a tomada de decisões (Cabral; Leindorf, 2021).

A utilização de ferramentas tecnológicas permite uma gestão de dados mais precisa, contribuindo para a formulação de políticas públicas mais eficazes, alinhadas às necessidades reais da população. Além disso, a digitalização oferece a oportunidade de transformar a gestão pública em um modelo mais sustentável, com menor consumo de papel e redução da necessidade de infraestrutura física. A digitalização de documentos e processos permite que os serviços públicos sejam acessados de qualquer lugar, facilitando a vida dos cidadãos e tornando a administração pública mais eficiente ((Di Pietro, 2019; Ismail Filho, 2018).

Com a integração de plataformas e sistemas, as administrações públicas podem promover um governo mais coordenado e menos fragmentado, com processos mais fluídos e menos suscetíveis a falhas. O uso de tecnologias também facilita a implementação de soluções inovadoras, como os serviços de governo eletrônico, que permitem que os cidadãos acessem uma série de serviços online, desde a emissão de documentos até o agendamento de consultas médicas. Essas soluções não apenas melhoram a experiência do usuário, mas também tornam os serviços públicos mais acessíveis e inclusivos, principalmente para populações que enfrentam dificuldades de mobilidade ou vivem em áreas mais distantes (Di Pietro; Marrara, 2018).

A inovação trazida pelas tecnologias pode, portanto, contribuir significativamente para a redução de desigualdades sociais e aumentar o acesso aos direitos de todos os cidadãos. Por outro lado, o uso de plataformas digitais e sistemas de gestão também facilita a coleta e análise de dados em grande escala. Isso possibilita a implementação de políticas públicas baseadas em dados reais, permitindo uma alocação mais eficiente de recursos e a adaptação das políticas às mudanças e necessidades da sociedade. A utilização de dados para a tomada de decisões proporciona uma administração pública mais precisa e dinâmica, capaz de antecipar problemas e implementar soluções rápidas e eficazes (Cabral; Leindorf, 2021).

Além disso, a modernização dos processos administrativos pode resultar em uma maior confiabilidade nos serviços públicos, com maior integridade dos dados e menor risco de erros humanos. A tecnologia possibilita também a criação de sistemas de auditoria e monitoramento mais eficientes, garantindo que os processos sejam

realizados conforme a legislação e as normas estabelecidas. Isso contribui para a credibilidade das instituições governamentais e fortalece a confiança da sociedade nas suas capacidades (López Valle; Cabral, 2022).

No entanto, é importante ressaltar que a implementação de tecnologias na administração pública exige um planejamento cuidadoso e a capacitação adequada dos servidores públicos. A adaptação às novas ferramentas tecnológicas não ocorre de forma automática e exige treinamento contínuo, investimentos em infraestrutura e atualização constante dos sistemas para que a digitalização seja bem-sucedida e eficaz. Sem uma preparação adequada, os processos podem ser prejudicados e os resultados esperados podem não ser alcançados, o que leva ao risco de frustrar as expectativas da população (Cristóvam, 2016).

Desafios do uso de tecnologias na administração pública

Apesar das vantagens claras do uso de tecnologias na administração pública, o processo de digitalização enfrenta diversos desafios. O primeiro e talvez o mais significativo deles é a inclusão digital. Embora o acesso à internet tenha aumentado consideravelmente nas últimas décadas, ainda existem regiões, especialmente em áreas rurais ou periféricas, onde a conectividade é limitada ou inexistente. Isso cria um abismo digital, onde parte da população é excluída do acesso aos serviços públicos digitais. A falta de infraestrutura, aliada à baixa escolaridade e à falta de familiaridade com as tecnologias por parte de muitos cidadãos, constitui uma barreira significativa para a plena implementação de um governo digital (Capelari Júnior; Freitas, 2021).

A inclusão digital é, portanto, um dos maiores obstáculos a ser superado, pois, ao contrário de reduzir desigualdades, o uso exclusivo de tecnologias na administração pública pode acentuar as disparidades existentes, prejudicando as camadas mais vulneráveis da população. Para enfrentar esse desafio, são necessárias políticas públicas que promovam a ampliação do acesso à internet e a oferta de cursos de capacitação digital para a população, de forma a permitir que todos possam usufruir dos benefícios das ferramentas digitais, sem que haja exclusão ou discriminação (Casimiro, 2016).

Além disso, a transição para a digitalização exige investimentos significativos em infraestrutura e tecnologia. Muitos órgãos públicos ainda não possuem sistemas adequados ou a infraestrutura necessária para operar de forma digitalizada. Isso inclui a necessidade de servidores qualificados para gerenciar as plataformas digitais, bem como a atualização e manutenção dos sistemas utilizados. O alto custo de implementação e manutenção das tecnologias é um fator limitante, especialmente em contextos onde os orçamentos públicos são restritos e as prioridades precisam ser bem definidas (Di Pietro; Marrara, 2018).

Outro desafio crucial diz respeito à segurança da informação. O aumento das ameaças cibernéticas e o vazamento de dados pessoais são questões de grande preocupação para qualquer instituição pública que lida com grandes volumes de informações sensíveis. A administração pública precisa implementar medidas rigorosas para proteger os dados dos cidadãos e garantir que as informações não sejam acessadas indevidamente. Isso exige investimentos contínuos em segurança cibernética, além da adoção de protocolos e boas práticas de governança de dados (Correia, 2016).

Em paralelo, a adaptação dos servidores públicos às novas tecnologias também é uma dificuldade relevante. A capacitação contínua dos profissionais da administração pública é fundamental para o sucesso da transformação digital. Sem o treinamento adequado, é difícil garantir que as tecnologias sejam usadas de forma eficiente e que os servidores possam lidar com as novas ferramentas e sistemas com agilidade. A resistência à mudança também pode ser um obstáculo significativo, com muitos servidores preferindo os métodos tradicionais de trabalho e mostrando dificuldades em adotar novas tecnologias. A complexidade da gestão pública digitalizada também envolve a integração de diferentes sistemas e plataformas (Viana, 2021).

A administração pública, em muitos casos, é composta por vários órgãos e níveis de governo, cada um com suas próprias práticas e sistemas de informação. A integração desses sistemas é essencial para garantir a eficiência da gestão pública, mas também é um desafio técnico e organizacional, que exige alinhamento e colaboração entre diferentes esferas de governo. Outro aspecto importante a ser considerado é o impacto das tecnologias na equidade. A implementação de soluções digitais pode, por vezes, gerar desigualdades de acesso, especialmente se não forem tomadas precauções para garantir que todas as camadas da população possam usufruir desses avanços. Isso inclui a criação de políticas públicas que promovam a inclusão digital e que ofereçam alternativas para aqueles que não têm acesso às ferramentas necessárias para utilizar os serviços online (Aragão, 2017).

A transformação digital também exige uma gestão eficiente dos recursos financeiros. Como mencionado anteriormente, a digitalização demanda investimentos significativos em infraestrutura e treinamento, o que pode sobrecarregar os orçamentos públicos. Para que esses investimentos sejam sustentáveis, é necessário um planejamento estratégico que considere a relação custo-benefício e que priorize projetos que gerem resultados tangíveis para a população. Por fim, é importante reconhecer que os desafios do uso de tecnologias na administração pública não são insuperáveis. Embora existam dificuldades, com o devido planejamento, investimentos e a cooperação entre diferentes setores da sociedade, é possível criar soluções que minimizem as barreiras e promovam uma gestão pública mais eficiente e acessível para todos (Cabral; Leindorf, 2021).

A relação entre inovação tecnológica e a modernização da administração pública

A relação entre inovação tecnológica e a modernização da administração pública é clara, e as tecnologias digitais têm sido uma das principais forças propulsoras dessa transformação. A digitalização possibilita a criação de novos modelos de gestão, mais transparentes e eficientes, e oferece uma série de ferramentas que facilitam a implementação de políticas públicas adaptadas às necessidades da população. A inovação no setor público não se limita apenas à adoção de tecnologias, mas também à mudança cultural nas estruturas organizacionais, que precisam se adaptar à velocidade das transformações tecnológicas (Di Pietro; Marrara, 2018).

A inovação tecnológica no setor público é um processo contínuo, que requer uma abordagem proativa por parte dos gestores públicos. Ao adotar novas tecnologias, como inteligência artificial, blockchain e big data, os governos têm a oportunidade de melhorar a prestação de serviços públicos, otimizar processos internos e promover uma gestão mais orientada por dados. Isso pode resultar em políticas públicas mais eficazes, com maior impacto na vida dos cidadãos, além de gerar uma maior confiança nas instituições governamentais. Além disso, a inovação tecnológica permite que os governos se tornem mais ágeis e adaptáveis às mudanças sociais e econômicas (Linhares; Luciani, 2021).

Em um contexto global de rápidas transformações, a administração pública precisa ser capaz de responder rapidamente a novas demandas e desafios. As tecnologias oferecem a flexibilidade necessária para que os governos possam atuar de maneira mais dinâmica, seja na área de saúde, educação, segurança ou mobilidade urbana. A adoção de novas tecnologias também pode incentivar a colaboração entre diferentes setores do governo e com a sociedade civil. Plataformas digitais e sistemas integrados possibilitam uma comunicação mais eficaz entre os órgãos públicos e os cidadãos, promovendo um governo mais participativo e inclusivo (Di Pietro, 2019).

Além disso, a inovação tecnológica pode ser um motor para o desenvolvimento de novos modelos de negócios e soluções criativas para desafios públicos, como a redução da pobreza, o enfrentamento das mudanças climáticas e a promoção da inclusão social. Por outro lado, a inovação tecnológica deve ser implementada de forma cuidadosa e planejada. A modernização da administração pública não deve ser feita apenas pela adoção de novas tecnologias, mas também por meio de uma revisão dos processos organizacionais e da capacitação dos servidores públicos. A inovação também requer um gerenciamento eficaz do risco, especialmente quando se trata da segurança da informação e da proteção dos dados dos cidadãos (Linhares; Luciani, 2021).

O processo de inovação tecnológica no setor público também exige a criação de um ambiente regulatório favorável. Isso envolve a adaptação das leis e normas existentes para contemplar novas práticas e tecnologias, garantindo que as inovações sejam implementadas de forma legal, ética e responsável. As reformas legais e regulatórias são fundamentais para criar um ecossistema propício à inovação e para garantir que as mudanças sejam sustentáveis e eficazes no longo prazo (Viana, 2021).

Outro ponto importante é que a inovação tecnológica pode ajudar a combater a corrupção e a ineficiência na administração pública. Com o uso de sistemas digitais, a transparência das ações governamentais é ampliada, e a capacidade de monitoramento e auditoria aumenta. Isso dificulta práticas ilícitas e torna a gestão pública mais responsável e transparente, resultando em uma maior confiança dos cidadãos nas instituições governamentais. Contudo, a inovação tecnológica também apresenta desafios relacionados à sua implementação. É necessário garantir que as novas tecnologias sejam acessíveis e que todos os cidadãos possam usufruir de seus benefícios (López Valle; Cabral, 2022; Mendonça, 2017).

Para isso, políticas de inclusão digital e de capacitação da população são fundamentais. Sem elas, a inovação pode agravar as desigualdades e criar uma sociedade digitalmente segregada, onde apenas uma parte da população tem acesso às vantagens da digitalização. Em suma, a inovação tecnológica oferece grandes oportunidades para a modernização da administração pública, mas exige uma gestão cuidadosa e inclusiva. A implementação dessas tecnologias deve ser feita de forma planejada, considerando os aspectos técnicos, sociais e econômicos, para garantir que os benefícios sejam amplamente distribuídos e que as limitações sejam superadas de maneira eficiente (López Valle; Cabral, 2022; Reis; Carvalho, 2020; Schiefler; Cristóvam; Sousa, 2020).

IV. Conclusão

O objetivo desta pesquisa foi analisar as potencialidades e os desafios do uso de tecnologias na administração pública, avaliando como essas inovações podem contribuir para a modernização do setor e as principais barreiras para sua implementação eficaz. A pesquisa revelou que as tecnologias têm um grande potencial para melhorar a eficiência e transparência da administração pública, ao reduzir a burocracia, promover a participação cidadã e otimizar a gestão dos recursos públicos. No entanto, também identificou desafios significativos, como a inclusão digital, a segurança da informação e os custos envolvidos na implementação dessas tecnologias. Para que a transformação digital no setor público seja bem-sucedida, é necessário um planejamento estratégico, investimentos adequados e políticas públicas que garantam a inclusão e o acesso equitativo às novas ferramentas. A gestão pública digitalizada representa, portanto, um passo importante para a modernização do Estado, mas exige a superação de obstáculos e a adaptação constante às mudanças tecnológicas.

Referências

- [1] Aragão, A. S. A Arbitragem No Direito Administrativo. Revista Da Agu, 2017.
- [2] Cabral, Rodrigo Maciel; Leindorf, Cecília De Aguiar. Serviços Públicos E O Papel Dos Municípios Para Concretização Das Cidades E Comunidades Sustentáveis. International Journal Of Digital Law | Ijdl, V.2, N.1, Edição Especial, Mar. 2021.
- [3] Capelari Junior, Saulo Capelari; Freitas, Renato Alexandre Da Silva. A Revolução 4.0 Enquanto Catalisadora Da Transformação Digital Da Administração Pública Brasileira. International Journal Of Digital Law | Ijdl, V.2, N.1, Edição Especial, Mar. 2021.
- [4] Casimiro, L. M. S. M. Administração Pública E Planejamento No Estado Brasileiro: Qual A Contribuição A Ser Feita Pelo Direito Administrativo?. Revista Jurídica, V. 4, N. 45, 2016.
- [5] Correia, J. M. S. Os Grandes Traços Do Direito Administrativo No Século Xxi. A&C - Revista De Direito Administrativo & Constitucional, V 16, N., 63, 2016.
- [6] Cristóvam, J. S. S. O Estado Democrático De Direito Como Princípio Constitucional Estruturante Do Direito Administrativo: Uma Análise A Partir Do Paradigma Emergente Da Administração Pública Democrática. Revista De Direito Administrativo E Gestão Pública, V. 2, N. 2, 2016.
- [7] Di Pietro, Maria Sylvia Zanella; Marrara, Thiago. Lei Anticorrupção Comentada. 2. Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018.
- [8] Di Pietro, Maria Sílvia Zanella. Direito Administrativo. 32. Ed. Rev. Atual E Ampl. São Paulo: Atlas, 2019.
- [9] Ismail Filho, S. Boa Administração: Um Direito Fundamental A Ser Efetivado Em Prol De Uma Gestão Pública Eficiente. Revista De Direito Administrativo, [S. L.], V. 277, N. 3, P. 105–137, 2018.
- [10] Linhares, Luis Guilherme Badotti; Luciani, Danna Catharina Mascarello. O Eleitor E A Influência Dos Bots Sociais: Uma Contribuição Da Economia Comportamental. International Journal Of Digital Law | Ijdl, V.2, N.1, Edição Especial, Mar. 2021.
- [11] López Valle, V. L.; Cabral, R. M. Administração Pública Digital E A Implementação Dos Objetivos Do Desenvolvimento Sustentável. Revista Eletrônica Direito E Política, [S. L.], V. 17, N. 1, P. 187–225, 2022.
- [12] Maksym, Cristina Borges Ribas. Inteligência Artificial Aplicada Nos Serviços Públicos Rumo Ao Desenvolvimento Sustentável. International Journal Of Digital Law | Ijdl, V.2, N.1, Edição Especial, Mar. 2021.
- [13] Mendonça, J. V. S. Direito Administrativo E Inovação: Limites E Possibilidades. A&C - Revista De Direito Administrativo & Constitucional, V. 17, N. 69, 2017.
- [14] Oliveira, C. M.; Sousa, D. R. A Utilização Da Tecnologia Como Forma De Desburocratização Dos Serviços Públicos: Perspectivas E Desafios À Administração Pública. International Journal Of Digital Law, 2021.
- [15] Reis, C. L. .; Carvalho, F. L. De L. O Fomento Às Novas Tecnologias Na Administração Pública Como Direito Ao Desenvolvimento: The Promotion Of The New Technologies In Public Administration As The Right To Development. International Journal Of Digital Law, Belo Horizonte, V. 1, N. 3, P. 11–28, 2020.
- [16] Schiefler, E. A. C. .; Cristóvam, J. S. Da S. .; Sousa, T. P. De. Administração Pública Digital E A Problemática Da Desigualdade No Acesso À Tecnologia: Digital Public Administration And The Problem Of Inequality In Access To Technology. International Journal Of Digital Law, Belo Horizonte, V. 1, N. 2, P. 97–116, 2020.
- [17] Viana, A. C. A. Transformação Digital Na Administração Pública: Do Governo Eletrônico Ao Governo Digital. Rev. Eurolatin. Direito Adm., Santa Fe, Vol. 8, N. 1 , P. 115-136, Ene./Jun. 2021.